

Exmos. Senhores

Sua Referência	Sua Comunicação	Nossa Referência 2324000265	Data
Assunto:	Aquisição manutenção licenciamento da solução de gravação de chamadas e reforço licenciamento-2024		

Pela presente, vimos convidar a vossa empresa a apresentar uma proposta, com as regras de contratação seguintes:

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Instituto de Informática, I.P., pessoa coletiva pública n.º 504 322 915, com sede na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17 – Edifício Ciência I – Taguspark, Porto-Salvo, Oeiras.

II. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O Conselho Diretivo do II, I. P. foi o órgão que tomou a decisão de contratar ao abrigo do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

III. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DA CONSULTA PRÉVIA

1. O procedimento por Consulta Prévia foi determinado em conformidade com o n.º 1 do artigo 36.º e a alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Foi determinada a consulta prévia com convite às empresas:
 - MRA Instrumentação S.A. (NIPC 503257842),
 - Logicalis Portugal, S.A. (NIPC 505267772) e
 - AXIANSEU Digital Solutions, S.A. (NIPC 500074372).
3. Nos termos do n.º 4 do artigo 35.º-A do CCP comunica-se que foi consultada a empresa MRA Instrumentação S.A. (NIPC 503257842), para a determinação do preço base.

IV. ACTOS QUE CONDICIONAM A CONTRATAÇÃO

A consulta prévia foi precedida do parecer favorável da AMA, I.P., datado de 23/12/2024, nos termos dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio.

V. JÚRI

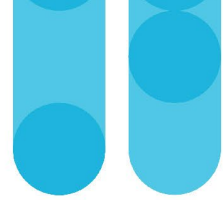
O Júri do procedimento é o órgão competente para a prestação de esclarecimentos, por delegação de competências do Conselho Diretivo, concedida nos termos da deliberação deste Órgão, datada de 17/12/2024.

VI. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, até às **23:59 horas do 7º dia** a contar da disponibilização do convite, diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública disponibilizada pela AcinGov, no endereço **www.acingov.pt**.
2. A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue ao convidado um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. O interessado deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e documentos que as acompanham, bem como, para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à INTERNET de que dispõe, uma vez que todo esse processo só será aceite, caso tenha sido realizado no portal disponibilizado para o efeito e até à data e hora definida para a apresentação da proposta.
4. A proposta, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletronicamente deverão ser **assinados eletronicamente** mediante a utilização de **certificado de assinatura eletrónica qualificada**, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, **o convidado tem que submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.**

VII. PROPOSTA

1. A proposta, sob pena de exclusão, deve ser constituída pelos seguintes elementos:
 - a) Declaração nos termos do Anexo I ao presente documento;
 - b) Documento que contenha a demonstração mencionada no n.º 2 do artigo 55.º-A do CCP, caso pretenda a relevação de impedimentos;
 - c) Documento que contenha o preço global da proposta em algarismos e em euros, sem IVA;
 - d) Documento que contenha o preço/hora para a bolsa de horas, com referência a um limite máximo de 65 horas;
 - e) Documento que contenha o preço global das atualizações mencionadas no n.º 1 do artigo 21.º do caderno de encargos;
 - f) Documento que contenha o preço global do novo licenciamento mencionado no n.º 2 do artigo 21.º do caderno de encargos;
 - g) Documento com a descrição das características técnicas e funcionais dos bens a adquirir de forma a verificar o cumprimento do artigo 21.º do Caderno de Encargos; e
 - h) Declaração com a indicação do fabricante de apoio à solução apresentada, em conformidade com o Anexo III;



- i) Caso o concorrente identifique na proposta um terceiro subcontratado deve juntar, sob pena de exclusão, os documentos de habilitação desse terceiro, mencionados no ponto XI, e uma declaração de vinculação à execução da parte do serviço correspondente de acordo com o modelo constante do Anexo IV ao presente documento.
2. A proposta deve incluir a declaração nos termos do Anexo I ao presente documento, a certidão permanente e a declaração nos termos do Anexo II ao presente documento.
3. Os documentos que integrem a proposta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP não podem ser redigidos em língua estrangeira.
4. Sem prejuízo de outros fundamentos, é excluída a proposta que adicione, suprima ou altere estipulações sobre repartição do risco, cumprimento e incumprimento ou responsabilidade, bem como se for considerada variante ou condicionada.

VIII. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator preço mais baixo.
2. Todos os preços propostos pelos concorrentes devem ser apresentados em euros e, se houver necessidade, serão arredondados ao cêntimo para efeitos de aplicação do critério de adjudicação previsto no n.º 1.
3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a adjudicação será feita com base, sucessivamente, no preço das atualizações, o preço das novas licenças, o preço dos serviços de upgrade de versão e outras intervenções e, por fim, o sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.

IX. SORTEIO

1. Caso exista a necessidade do sorteio, o mesmo será realizado pelo Júri na presença de um representante de cada uma das entidades concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os presentes.
2. As entidades concorrentes que tenham as suas propostas em situação de empate, serão notificadas da data, hora e local do sorteio com a antecedência de 2 (dois) dias úteis, devendo apresentar-se munidas da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.
3. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração.
4. Será proposta a adjudicação à proposta sorteada em 1.º lugar.

X. NEGOCIAÇÃO

A proposta não será objeto de negociação.



XI. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, bem como certidão de teor do registo comercial, e de supressão de irregularidades é de 5 dias, a contar da notificação respetiva.
2. Caso o adjudicatário esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 72/2018, de 12 de setembro, está dispensado da apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 de artigo 81.º do CCP, devendo indicar essa qualidade no prazo de apresentação dos documentos de habilitação.

XII. DESPESAS E ENCARGOS DE REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

Quando existam, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito correm por conta do adjudicatário.

XIII. VOCABULÁRIO COMUM

De acordo com a tabela do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), a prestação de serviços objeto do presente convite referencia-se com 48219700-3 - Pacotes de Software para servidor de comunicações e 72611000-6 Serviços de assistência técnica informática.



Anexo I | Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II | Minuta de declaração a prestar pela entidade convidada

(a que se refere no n.º 2 do ponto VII do convite)

[●] (*identificação do(s) representante(s) legal(is) do convidado*, [●] titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão(ões) do cidadão n.º (s) [●], na qualidade de representante(s) legal(is) de (*indicar*), *número de identificação fiscal e sede*) declaram, para efeitos da consulta prévia n.º **2324000265** para a **aquisição manutenção licenciamento da solução de gravação de chamadas e reforço licenciamento-2024**, que a convidada não se encontra em qualquer das situações mencionadas no n.º 2 do artigo 114.º do CCP em relação às seguintes entidades:

(indicar)

[●] (*local*), [●] (*data*), [●] (*assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) dos representantes do convidado*).



Anexo III | Minuta de declaração a prestar pelo fabricante

(a que se refere a alínea h) do n.º 1 do ponto VII do Convite)

[●] (*identificação do(s) representante(s) legal(is) do fabricante*, [●] titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão(ões) do cidadão n.º (s) [●], na qualidade de representante(s) legal(is) de (*indicar*), *número de identificação fiscal e sede*) declaram, para efeitos da consulta prévia n.º **2324000265** para a **aquisição manutenção licenciamento da solução de gravação de chamadas e reforço licenciamento-2024**, o apoio, sem reservas, ao concorrente (*indicar*, *número de identificação fiscal e sede*), na prestação dos serviços constantes do artigo 21.º Caderno de Encargos.

[●] (*local*), [●] (*data*), [●] (*assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) das entidades para as quais o candidato ou o membro do agrupamento candidato prestou serviços*).

Anexo IV | Minuta de declaração a prestar pela entidade subcontratada

(a que se refere a alínea i), n.º 1 do ponto VII do Convite)

[•] (*identificação do(s) representante(s) legal(is) do futuro subcontratado*, [•] titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão(ões) do cidadão n.º (s) [•], na qualidade de representante(s) legal(is) de (*indicar*), *número de identificação fiscal e sede*), futuro subcontratado de (*identificar denominação, sede e NIPC do futuro subcontratante*) declaram, para efeitos da consulta prévia n.º **2324000265** para a **aquisição manutenção licenciamento da solução de gravação de chamadas e reforço licenciamento-2024**, que se comprometem a realizar incondicionalmente as seguintes prestações:

(indicar)

[•] (*local*), [•] (*data*), [•] (*assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) dos representantes do futuro subcontratado*).